



Sumário

Prefácio.....	9
Nota sobre os Autores.....	17

PARTE 1: IMUNIDADES, ISENÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS.....19

CAPÍTULO 1. - O CONDICIONAMENTO DAS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS PRESENTE NA CLÁUSULA CONSTITUCIONAL DAS "FINALIDADES ESSENCIAIS - *Aldemário Araújo Castro*.....20

1.1 - Introdução	20
1.2 - Imunidades	20
1.3 - Imunidades Tributárias	21
1.4 - Imunidades Tributárias Condicionadas	21
1.5 - O condicionamento das imunidades tributárias presente na cláusula constitucional das "finalidades essenciais" (art. 150, parágrafo quarto)	23
1.6 - Conclusões	26
1.7 - Referências	27

CAPÍTULO 2 - A REGULAMENTAÇÃO DO ARTIGO 3º DA LOAS - LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LEI 8.742 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993 - E SUAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NA IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - *Eduardo de Rezende Bastos Pereira*29

2.1 - Introdução	29
2.2 - Assistência social e previdência social.....	30
2.3 - um breve histórico da atuação das entidades filantrópicas em Assistência Social no Brasil.....	31
2.4 - Um breve histórico da previdência social brasileira e da exoneração do seu financiamento pela entidades filantrópicas.....	33
2.5 - A imunidade das contribuições para seguridade social: artigo 195, § 7º da Constituição Federal.....	35
2.6 - O primeiro entendimento e a querela: Imunidade regulamentada validamente por lei ordinária, ou há necessidade de lei complementar para tanto?	36
2.7 - O segundo entendimento: entidades que adquiriram direito ao gozo da imunidade das contribuições para a seguridade social sob a égide da Lei 3.577, de 1959	39
2.8 - O terceiro entendimento: no conceito de entidades beneficentes de assistência social não se encaixam as instituições de educação sem fins lucrativos e as instituições de saúde	41

2.9 – Os contornos de uma possível regulamentação do artigo 3º da LOAS – Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993	43
2.10 – A posição da doutrina e do STF sobre o Poder Regulamentar	43
2.11 – Conclusões	45
2.12 – Referências	46

CAPÍTULO 3 - PROUNI: efeitos tributários e o Terceiro Setor – *Miguel Ângelo Maciel*

3.1 – Introdução	49
3.2 – O Estado e o Setor privado Social	50
3.2.1 – O Estado subsidiário e o Terceiro Setor	50
3.3 – O Terceiro Setor, direitos fundamentais e educação	50
3.3.1 – Os direitos humanos e a educação no direito internacional	50
3.3.2 – Os direitos humanos e a educação no direito interno	51
3.3.3 – Direitos humanos, educação e o Terceiro Setor	52
3.4 – Imunidade tributária e o PROUNI	53
3.4.1 – Instituições filantrópicas e instituições beneficentes não lucrativas	54
3.4.2 – Instituições filantrópicas	54
3.4.3 – Instituições beneficentes não lucrativas	54
3.5 – As imunidades constitucionais conferidas às instituições de educação	54
3.5.1 – A imunidade do artigo 150, VI, “c”	54
3.5.2 – A isenção “imunizante” do artigo 195, § 7º	55
3.5.3 – Conceito de entidades beneficentes de assistência social constante do artigo 195	55
3.5.4 – As leis que regulamentam as imunidades	57
3.6 – Isenção tributária e o PROUNI	58
3.6.1 – A impropriedade terminológica da lei que institui o PROUNI	58
3.6.2 – Os efeitos fiscais do PROUNI	58
3.6.3 – Instituições de ensino beneficentes de assistência social – Instituições filantrópicas	58
3.6.4 – Efeitos fiscais em face do PROUNI	59
3.6.5 – Benefícios anteriores	59
3.6.6 – Benefícios obtidos com a adesão ao PROUNI	59
3.7 – Instituições beneficentes não filantrópicas	60
3.7.1 – Efeitos fiscais em face ao PROUNI	60
3.7.2 – Contraprestação	60

3.7.3 – Benefícios anteriores	61
3.7.4 – Benefícios obtidos com a adesão ao PROUNI	61
3.8 – Estabelecimentos lucrativos privados	61
3.8.1 – Contraprestação	61
3.8.2 – Nenhum benefício anterior ao PROUNI	61
3.8.3 – Benefícios obtidos com a adesão ao PROUNI	61
3.9 – Quadro comparativo dos efeitos fiscais do PROUNI	62
3.10 – Conclusões	64
3.11 – Referências	65

CAPÍTULO 4 - NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS ÀS DOAÇÕES FEITAS AO TERCEIRO SETOR – *André Luiz Aidar*.....

4.1 – Introdução	67
4.2 – Incentivos fiscais às doações feitas ao Terceiro Setor	68
4.3 - Lei <i>Rouanet</i>	69
4.4 - Proposta para a criação de novos incentivos às doações feitas ao Terceiro Setor.....	70
4.5 – Conclusões	72
4.6 – Referências	72

PARTE 2: COOPERATIVAS A LEI DE LICITAÇÃO.....

CAPÍTULO 5 - COOPERATIVAS – ECONOMIA SOLIDÁRIA E O TRATAMENTO DIFERENCIADO CONFERIDO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – *Bruno Augusto Prenholato*

5.1 – Introdução – Aspectos históricos – Breve referência	76
5.2 – Aspectos Doutrinários	77
5.2.1 – Características das sociedades cooperativas	79
5.2.2 – Fundamentos em face da Lei 5.764/1971	81
5.2.3 – O ato cooperado	83
5.3 – Conclusões – O tratamento constitucional diferenciado	85
5.4 – Referências	85

CAPÍTULO 6 - AS COOPERATIVAS E SUA RELAÇÃO COMERCIAL COM O SETOR PÚBLICO – LICITAÇÃO – PONTOS CONTROVERSOS – *José Mendonça de Araújo Filho*

6.1 – Introdução	87
------------------------	----

6.1.1 – Cooperativas	87
6.1.2 – Conceito	87
6.1.3 – Origem	90
6.1.4 – Princípios	90
6.1.5 – Natureza jurídica	91
6.2 – Normas de Regência e o Sistema Cooperativista Brasileiro	92
6.2.1 – Ato cooperativo	93
6.2.2 – Finalidade	95
6.2.3 – Vantagens	95
6.3 – Cooperativas e o Setor Público	95
6.4 – Referências	99

CAPÍTULO 7 - APLICABILIDADE DA LEI DE LICITAÇÕES ÀS FUNDAÇÕES DE APOIO – *Daniel Cândido*101

7.1 – Introdução	101
7.2 – Fundações	101
7.3 – Tipos de Características das fundações de direito privado	102
7.3.1 – Fundações instituídas por empresas	103
7.3.2 – Fundações instituídas por partido político	103
7.3.3 – Fundação de previdência privada ou complementar	103
7.3.4 – Fundações de apoio às instituições de ensino superior	104
7.4 – Natureza Jurídica da fundação de apoio	106
7.5 – Aplicabilidade da Lei 8.666/1993	107
7.5.1 – Aplicabilidade da lei de licitação (8.666/1993) às fundações de apoio	108
7.6 – Conclusões	111
7.7 – Referências	111

PARTE 3: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, MICROCRÉDITO E RESPONSABILIDADE SOCIAL.....113

CAPÍTULO 8 - Terceiro Setor: Considerações sobre a Estrutura Organizacional e o Direito do Trabalho - *César José Dhein Hoefling*114

8.1 – Introdução	114
8.2 – Terceiro Setor	114
8.3 – Estrutura Organizacional: cargos de deliberação, execução e assessoramento	114
8.4 – Estrutura Organizacional das Associações	115

8.5 – Estrutura Organizacional das Fundações	116
8.6 – Forma de relação profissional: aspectos legais, sociais, remuneração de dirigentes e implicações fiscais	118
8.6.1 - Remuneração dos Dirigentes – Custo/Benefício	118
8.7 - Terceiro Setor: Natureza do Regime Jurídico trabalhista	121
8.7.1 - Entidades Religiosas	121
8.7.2 - Fundações Públicas	124
8.7.3 - Voluntariado: conceito, abrangência e peculiaridades	125
8.8 – Conclusões	126
8.9 – Referências	127
 CAPÍTULO 9 – Microcrédito e responsabilidade social – <i>Albérico Santos Fonseca</i>	128
9.1 – Introdução	128
9.2 – Evolução histórica das microfinanças no mundo	130
9.3 – Contexto das microfinanças no Brasil	132
9.4 – Ofertas de serviços financeiros no Brasil	133
9.5 – Demanda pro microfinanças no Brasil	136
9.6 – Os obstáculos ao crescimento da indústria e microfinanças no Brasil	137
9.7 –Estratégias para as instituições de microfinanças	139
9.8 – Base Legal do microcrédito no Brasil	142
9.9 – As microfinanças e o terceiro setor no Brasil	144
9.10 – Organizações da sociedade civil de interesse público	145
9.11 – Sociedades de crédito ao microempreendedor	147
9.12 – Organizações não governamentais	150
9.13 – Conclusões	151
9.14 – Referências	152
 CAPÍTULO 10 – A RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS – <i>Nereida de Lima Del Águila</i>	155
10.1 – Introdução	155
10.2 – Responsabilidade social	156
10.3 – Conceito	156
10.4 – Características da Responsabilidade social	157
10.5 – Responsabilidade social nas empresas	157
10.6 – Principais práticas empresariais de responsabilidade social	157

10.7 – Ações sociais voluntárias	162
10.8 – Padrões e certificações	164
10.9 – Conclusões	165
10.10 – Referências.....	166